

1
2
3 **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO**
4 **FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ, DO DIA 27 DE**
5 **JULHO DE 2020**
6

7 Aos vinte e sete dias do mês de julho de dois mil e vinte, às nove horas, por
8 videoconferência, reuniu-se o Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência
9 e Tecnologia do Paraná, em reunião extraordinária, sob a presidência do Reitor Odacir
10 Antonio Zanatta, com a presença dos seguintes conselheiros: Ana Claudia Radis, Andreza
11 Seixas (substituta de Dayane Gomes), Camille Vieira, Cleverton Juliano Alves Vicentinni,
12 Hian Brasil, Iara Aquino Henn, Iara Azevedo, José Barbosa Dias Junior, Marcella Baziuk,
13 Marcelo Estevam, Marcelo Mazzetto, Mateus Das Neves Gomes, Nilton Ferreira Brandão,
14 Patricia Teixeira, Paulo Yamamoto, Rafael Poltronieri, Rafaela Duarte (substituta de
15 Conrado Fonseca Lara), Rodolfo Fiorucci, Sandra Ferreira, Silvana Aparecida Marcondes,
16 Tais Carvalho e Vanessa Vogt. Justificaram ausência: Irineu Mario Colombo, Sônia Regina
17 Fernandes, André Dalla Possa, Frederick Nazário, Matheus Marques Martines, Conrado
18 Fonseca Lara e Dayane Gomes. Como convidados participaram: Karina Bonilaure e Nelson
19 de Castro Neto. Como Tradutores e Intérpretes de Linguagem de Sinais, participaram:
20 Aline Dea Silva, Cleverson dos Santos, Elizete Forcadell, Juliana Richter, Katia Lamberti
21 e Sarah Hilgemberg. A reunião foi secretariada por Danniel Antonietto Chagas e Simone
22 Block Samulewski, da Secretaria dos Órgãos Colegiados. O presidente iniciou a reunião
23 dando as boas-vindas a todos. No **Expediente, item 1, “Informes”**, o presidente
24 mencionou as ausências justificadas. No **item 2**, o presidente colocou a ata da reunião
25 extraordinária de 18 de junho de 2020 em apreciação, sendo aprovada por unanimidade.
26 Na **Ordem do dia, item 1, “Homologação da Resolução ad referendum nº 22/2020, que**
27 **altera os representantes indicados pela Entidade Patronal e pela Entidade dos**
28 **Trabalhadores, Processo 23411.004800/2015-58”**, o presidente apresentou a matéria,
29 colocando-a em discussão. O conselheiro Cleverton Vicentini pediu esclarecimentos a
30 respeito da representação externa, visto que Nilton Brandão faz parte do quadro de
31 servidores do IFPR. O conselheiro Nilton Brandão falou sobre sua representação sindical,
32 bem como sobre seu cargo de gestão perante a CUT no Estado do Paraná. A conselheira
33 Patricia Teixeira comentou sobre a clareza do Estatuto do IFPR em relação aos

34 representantes externos, questionando como o Conselho irá tratar o assunto, visto que já
35 foi alvo de discussão em reuniões passadas. Odacir Zanatta esclareceu que de fato o
36 assunto já suscitou discussões anteriores, que o Estatuto não proíbe representantes do
37 IFPR, bem como que os representantes são indicados pelas entidades. Sem mais
38 manifestações, o presidente colocou a matéria em votação, sendo aprovado por maioria
39 absoluta, com uma abstenção. No **item 2, “Homologação da Resolução ad referendum**
40 **nº 23/2020, que retifica a Resolução n. 18/2020, que aprova a criação do curso de**
41 **Especialização em Estudos da Linguagem, lato sensu, do Campus Pinhais, do IFPR.**
42 **Processo 23411.010221/2019-78”**, o presidente apresentou a matéria, colocando-a em
43 discussão. Sem manifestações, colocou a matéria em votação, sendo aprovada por
44 unanimidade. No **item 3, “Homologação da Resolução ad referendum nº 24/2020, que**
45 **altera o representante suplente indicado pelo Ministério da Educação, no Conselho**
46 **Superior do IFPR, Processo 23411.004800/2015-58”**, o presidente apresentou a matéria,
47 colocando-a em discussão. Sem manifestações, colocou a matéria em votação, sendo
48 aprovada por unanimidade. Para prosseguimento do próximo item, o presidente comentou
49 sobre a necessidade de alguns esclarecimentos. Deste modo, atendendo ao disposto no
50 artigo 18 do Regimento deste Conselho Superior, colocou em votação a participação dos
51 servidores Karina Bolinaure e Nelson de Castro Neto, sendo aprovada por unanimidade.
52 No **item 4, “Processo 23411.004724/2020-48, referente à prorrogação da suspensão**
53 **das atividades acadêmicas no âmbito do IFPR”**, a presidente da Comissão de
54 Acompanhamento e Controle da Propagação do Covid-19 do IFPR, Karina Bonilaure, fez
55 uma apresentação a respeito do Comunicado nº 11 da Comissão, cujo objeto é a
56 recomendação da Comissão sobre a nova ampliação do período de suspensão das aulas,
57 nos seguintes termos: “A Comissão de Acompanhamento e Controle da Propagação da
58 Covid-19 recomenda que as atividades não sejam retomadas nos próximos 60 (sessenta)
59 dias (a partir de 01/08/2020) para período de avaliação de condições de execução de
60 Protocolos de Retorno, mas principalmente por considerar o risco para a saúde neste
61 período em que a curva de contágio do vírus SARS-Cov-2 segue em crescimento no Estado
62 do Paraná”. Deste modo, apresentou os critérios utilizados pela Comissão, sendo eles: a)
63 índices baixos de distanciamento social e a ocupação dos leitos hospitalares; b) números
64 da doença no Estado do Paraná; e, c) projeções futuras para avanço da doença no país.
65 Por fim, expôs as recomendações da Comissão, quais sejam: 1) a continuidade da

66 suspensão das aulas presenciais e do calendário acadêmico a partir do dia 1º de agosto de
67 2020 por, no mínimo, 60 (sessenta) dias; 2) a manutenção das atividades por trabalho
68 remoto, salvo exceções de atividades essenciais específicas e a restrição do acesso às
69 dependências do IFPR de externos, servidores, estudantes e terceirizados. A realização de
70 tais atividades dependerá da autorização do gestor máximo de cada unidade; 3) os
71 servidores e estudantes que pertençam ao grupo com risco aumentado para desenvolver
72 as formas graves da doença Covid-19 mantidos em trabalho remoto; 4) a comissão segue
73 apoiando e incentivando as Atividades Pedagógicas não Presenciais (APNP), considerando
74 a manutenção da suspensão das atividades presenciais durante este período; e, 5) o
75 planejamento de cada unidade para a possibilidade de retorno das atividades presenciais
76 de acordo com os critérios estabelecidos no Protocolo de Cuidados para a prevenção da
77 Covid-19. A avaliação deste planejamento deve priorizar a preservação da saúde e da vida
78 dos estudantes, servidores e terceirizados. Representando a Pró-Reitoria de Ensino do
79 IFPR, em virtude das férias do titular Amarildo Magalhães, apresentou informes a respeito
80 da Assistência Estudantil, como a prorrogação do auxílio emergencial, a convocação da
81 lista de espera, o aumento do valor do auxílio para R\$ 250,00, e o número de estudantes
82 atendidos. Em relação às APNPs, apresentou quadro quantitativo com a adesão dos *Campi*
83 e dos estudantes, bem como relatos das Diretorias de Ensino em reunião realizada no dia
84 03 de julho de 2020, em que foi mencionado o trabalho árduo de articulação e diálogo, o
85 novo aprendizado para os docentes, que os estudantes relatam se sentir mais seguros
86 emocionalmente e discordam de propostas de cancelamento das APNPs, o empenho dos
87 *Campi* em fornecer acesso aos estudantes e a implementação mais fácil nos *Campi* do
88 interior e nos *Campi* de menor porte. Apresentou também os desafios para sua implantação,
89 quais sejam: a conectividade, os equipamentos, a sobrecarga dos(as) estudantes em
90 alguns cursos, alguns componentes chegando ao limite e as atividades práticas. Diante
91 disso, apresentou as seguintes propostas: prorrogação do calendário acadêmico e das
92 APNPs por mais 60 dias; cursos semestrais: APNP referente aos meses de março e abril;
93 cursos anuais: APNP limitadas à carga horária total do curso para o período de suspensão;
94 autorização de cursos FIC nos *Campi* com metodologia EAD; e, construção de uma
95 proposta de regime didático especial, com validade a partir de outubro. O Diretor Executivo
96 Nelson Neto falou sobre o processo de contratação do Auxílio Digital, sob número
97 23411.007277/2020-89, apresentando um breve histórico do processo, onde houve a

98 construção e a conclusão técnica do Termo de Dispensa. Apresentou um resumo da
99 contratação, com os seguintes pontos: 6 meses de contratação; estimativa de
100 R\$ 597.960,00; atendimento a 8.900 alunos com pacotes de dados de internet com
101 aproximadamente 800mb de dados; 4 operadoras para o atendimento no Estado dos *Campi*
102 e polos EaD, e contratação e operação até a segunda quinzena de agosto. Apresentou
103 também um quadro com a situação atual e últimos encaminhamentos do processo.
104 Informou que, em paralelo a esta contratação, há também um processo de contratação com
105 a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, ainda em fase de construção, mas que a princípio
106 o edital contemplará apenas os alunos em vulnerabilidade. Mencionou que no dia 21 de
107 julho foi recebida a sinalização da Ted para o atendimento do auxílio digital, bem como que
108 a reunião para formatação da proposta ocorreu em 24 de julho. Finalizadas as
109 apresentações, a conselheira relatora Ana Radis apresentou parecer favorável à proposta
110 apresentada, com sugestões e observações presentes em seu relato. A conselheira
111 Vanessa Vogt questionou por que a Comissão recomendou a prorrogação da suspensão
112 do calendário acadêmico e das atividades presenciais por mais 60 dias, e não por tempo
113 indeterminado, como em outras instituições. A conselheira Patrícia Teixeira também
114 mencionou a questão de suspender as atividades por tempo indeterminado, e questionou
115 a respeito da restrição da consulta do processo via SEI. O conselheiro Hian Brasil
116 questionou o porquê de o cancelamento do ano letivo não estar em pauta, visto que as
117 suspensões e prorrogações vem ocorrendo sem previsão de retorno, bem como que as
118 APNPs só atendem uma parte privilegiada do IFPR. O conselheiro José Barbosa sugeriu a
119 prorrogação da suspensão das atividades por tempo indeterminado ou até o dia 31 de
120 dezembro de 2020, para maior tranquilidade da comunidade acadêmica, docentes e
121 técnicos. O conselheiro Cleverton Vicentini questionou Nelson Neto a respeito do pacote
122 de dados de 800mb, sugerindo a reavaliação do contrato com as operadoras, pois entende
123 que 800mb não são suficientes para uma boa qualidade de vídeo. Em relação à restrição
124 do processo relatado pela conselheira Ana Radis, Odacir Zanatta informou que o processo
125 está aberto no Sei, mas que o Comunicado da Comissão da Covid-19 encontra-se restrito.
126 Mencionou que o Comunicado foi enviado a todos os conselheiros por e-mail, e que, devido
127 ao fato de alguns servidores divulgarem as informações antecipadamente à comunicação
128 oficial, o Comunicado ficou restringido ao processo. O conselheiro Paulo Yamamoto
129 comentou que tanto na Comissão do Covid, quanto na última reunião do Codir, foi muito

130 discutida a questão do prazo de 60 dias. Informou que todas as Teds que virão do Covid,
131 tem prazo até o final do mês para empenho e execução do orçamento. Comentou que esse
132 prazo de 60 dias é para que as unidades consigam adquirir todos os equipamentos para o
133 preparo de um possível retorno. Destacou que em função das APNPs, temos recebido apoio
134 do Mec/Setec para aquisição de equipamentos aos estudantes, bem como a disponibilidade
135 do contrato com a RNP. Comentou que a Secretaria de Regulação do Mec está promovendo
136 um questionário, que está sendo encaminhado a todos os estudantes e docentes a respeito
137 das APNPs. Por fim, informou que a partir de 1º de agosto serão executados os 40% do
138 orçamento que foi liberado, dentro do Anexo II aprovado pelo Congresso Nacional. A
139 conselheira Iara Aquino falou sobre a preocupação das condições de implementação do
140 PIBID e da Residência Pedagógica, visto que os dois programas só podem ser
141 implementados sem a suspensão do calendário acadêmico. Mencionou que é favorável ao
142 regime didático especial, mas que a questão do calendário necessita ser pensada. Vista a
143 questão com a CAPES, propôs a participação dos docentes na construção do regime
144 didático especial, bem como dos estudantes e técnicos administrativos. Propôs também a
145 contratação dos PSSs e questionou sobre sua sugestão de comissão para avaliação das
146 APNPs mencionada na reunião anterior, acrescentando à Comissão a avaliação do regime
147 didático especial. A conselheira Andreza Seixas comentou que no momento o
148 cancelamento do calendário acadêmico não é a melhor opção, tendo em vista todo o
149 trabalho envolvido. A respeito da contratação da internet, comentou que tem acompanhado
150 os trabalhos da Comissão responsável, e todo o cuidado que ela tem tomado. O conselheiro
151 Mateus Gomes fez um breve comentário sobre algumas questões discutidas na última
152 reunião do Codir. A conselheira Patrícia Teixeira sugeriu que a Comunicação se antecipe
153 no sentido de noticiar a questão, para que a Lei de Acesso à informação não seja
154 descumprida. Karina Bonilaure esclareceu que, com relação aos 60 dias, frequentemente
155 é feito o acompanhamento da doença, do noticiário, dos dados de profissionais do IFPR e
156 externos, que as orientações mudam constantemente, e que tem sido um grande desafio
157 para a Comissão. Nesse sentido, entende que a Comissão necessita de períodos mais
158 curtos de suspensão, e que 60 dias é um prazo seguro. Mencionou que estão trabalhando
159 em um planejamento para possível retorno, para que no momento de reabertura estejam
160 todos preparados. Em relação às APNPs, comentou que pretendem envolver mais ainda
161 os docentes e estudantes, que os processos possíveis de contratação de PSS foram

162 mantidos e que o objetivo do novo regime é dar maior acesso e informação, e atender quem
163 ainda não foi atendido. Nelson Neto esclareceu que os 800mb foram uma preocupação
164 inicial da Comissão, e que o processo de dispensa será feito por uma estimativa, para não
165 limitar a utilização de dados. Vanessa Vogt sugeriu que seja enviado um link externo do
166 processo para os conselheiros, juntamente com a pauta da reunião, para que seja possível
167 acessar a íntegra do processo. Sugeriu uma votação separada para a suspensão das
168 atividades até 31 de dezembro, e de 30 dias para as APNPs. O conselheiro Rafael
169 Poltronieri falou sobre a importância de haver um prazo para avaliação, bem como sobre
170 os riscos de evasão no caso de suspensão por prazo indeterminado. Cleverton Vicentini
171 corroborou a sugestão da conselheira Vanessa Vogt em relação à votação, e sugeriu
172 condicionar à sugestão da conselheira Iara Aquino, em reunião anterior, no sentido de
173 implementar uma Comissão para avaliação das APNPs. O conselheiro Rodolfo Fiorucci
174 comentou que o cancelamento do calendário é algo inviável, devido aos impactos
175 institucionais, sociais e políticos. Falou que no momento todos os esforços devem ser
176 voltados ao acesso tecnológico dos estudantes, visto que muitos estão sendo prejudicados
177 por falta de tecnologia. A conselheira Iara Aquino voltou a salientar sobre a proposta de
178 votação de suspensão até 31 de dezembro e de 30 dias para as APNPs, visto a urgência
179 que as ações do PIBID e Residência Pedagógica necessitam, condicionada à formação de
180 comissão para avaliação das APNPs e do regime didático especial. O presidente colocou o
181 parecer da relatora em votação, sendo reprovado por 10 votos contrários, e 9 votos
182 favoráveis. Deste modo, visto que a matéria foi derrotada, designou-se nova relatoria, entre
183 os vencedores, para apresentação de uma nova proposição ao final da reunião. A
184 conselheira Vanessa Vogt se propôs a apresentar novo relato. A reunião seguiu em pauta.
185 Logo após o item 6, o presidente informou a todos os conselheiros que, a respeito do item
186 4, foi constatada a falta do voto da relatora, que, deste modo, não foi computado. Assim,
187 houve empate na votação, com 10 votos contrários e 10 favoráveis. Destarte, o presidente
188 proferiu o voto de desempate a favor do parecer da conselheira Ana Radis, considerando
189 os trabalhos da Comissão de Acompanhamento e Controle da Propagação da Covid-19,
190 considerando os trabalhos da Pró-Reitoria de Ensino do IFPR, e considerando a decisão
191 por unanimidade na última reunião do Colégio de Dirigentes do IFPR. Deste modo, a
192 matéria foi aprovada, bem como a proposta da conselheira Iara Aquino, no que se refere à
193 implantação de comissão para acompanhamento e avaliação das APNPs, que foi acatada.

194 Assim, a relatora Ana Radis incluirá a referida proposta em seu parecer. Foi designada a
195 Comissão com os seguintes membros: Frederick Moschkowich, como representante dos
196 egressos; Nilton Brandão, como representante dos membros externos; Patricia Teixeira e
197 Andreza Seixas manifestaram interesse em participar como representante dos técnicos
198 administrativos, sendo Andreza Seixas a mais votada; Hian Carlos Brasil, como
199 representante da categoria discente; Marcelo Estevam, como representante dos Pró-
200 Reitores; Rafael Poltronieri, como representante dos Diretores-Gerais; e Vanessa Vogt,
201 como representante da categoria docente. No **item 5, “Processo 23411.012657/2018-11,**
202 **referente à ratificação do Relatório Anual de Gestão 2018 da Fundação de Apoio à**
203 **Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Universidade**
204 **Tecnológica Federal do Paraná - FUNTEF/PR, aprovação da Avaliação de**
205 **Desempenho da FUNTEF/PR e aprovação da Renovação da Autorização para a**
206 **FUNTEF/PR atuar como Fundação de Apoio do IFPR”,** o conselheiro relator Marcelo
207 Estevam apresentou parecer favorável à proposta apresentada. A conselheira Vanessa
208 Vogt questionou qual o motivo de ser a FUNTEF e não outra Fundação, como por exemplo,
209 a FUNPAR. Odacir Zanatta esclareceu que é com a FUNTEF que o IFPR já possui parceria
210 de longa data, e que se trata de proposta de renovação. Sem mais manifestações, o
211 presidente colocou o parecer em votação, sendo aprovado por maioria, com 03 (três)
212 abstenções, sendo duas destas das conselheiras Patrícia Teixeira e Vanessa Vogt. No **item**
213 **6, “Processo 23411.001646/2020-20, referente à aprovação do Relatório de Gestão de**
214 **2019”,** o conselheiro relator Marcelo Mazzetto apresentou parecer favorável à proposta
215 apresentada, com sugestões e observações presentes em seu relato. O conselheiro
216 Cleverton Vicentini pontuou algumas questões envolvendo o processo, como a ausência
217 de parecer da Auditoria Interna do IFPR; a foto e a mensagem à comunidade constantes
218 na página 06, mencionando a contrariedade ao art. 37, § 1º e 4º da Constituição Federal;
219 que o texto na página 19 dispõe que o IFPR ocupa a 25ª colocação no Índice Integrado de
220 Governança e Gestão Pública - IGG, porém carece de clareza dos indicadores utilizados
221 para compor o referido índice; a complementação de outros meios de comunicação do IFPR
222 além do site e redes sociais mencionados na página 23; que, a respeito dos Riscos
223 Oportunidades e Perspectivas constantes na página 33, o Relatório redireciona para a
224 plataforma Nilo Peçanha, sugerindo que os dados sejam tratados da plataforma para o
225 Relatório de Gestão, facilitando a leitura para a comunidade externa; no que se refere à

226 Evolução de Matrículas Presenciais e a Distância, página 34, mencionou não constar a
227 distribuição dos estudantes por curso, considerando importante incluí-la no relatório; em
228 relação à Evolução da Evasão Geral, página 40, informou constar que uma das causas da
229 não evolução do indicador foram os cortes orçamentários na Assistência Estudantil, porém,
230 baseando-se em relatórios anteriores, identificou um aumento de R\$ 1.705.421,00. Diante
231 disso, solicitou a apresentação dos cortes da Assistência Estudantil, bem como
232 esclarecimentos a respeito e apontamento dos estudos realizados; na mesma página, sobre
233 o Índice de Eficiência Acadêmica, mencionou a importância de apresentar os cálculos para
234 obtenção de resultado; em relação ao Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados, página
235 57, sugeriu apontar a distribuição dos cargos e funções por unidade, e mencionou que
236 solicitou a respectiva informação à Progepe, que não a disponibilizou; em relação à página
237 61, sugeriu apresentar um quantitativo dos servidores capacitados por unidade, e valores
238 investidos individualmente; a respeito das Despesas por Modalidade de Contratação,
239 página 64, sugeriu indicar quais a contratações diretas foram realizadas; no que se refere
240 aos Desafios e Ações Futuras, página 65, mencionou que o documento cita a PL 1292/95,
241 que está em tramitação há mais de 20 anos no Congresso Nacional. Questionou a
242 relevância de apontar essa referência como desafio e ação futura, uma vez que se trata de
243 projeto de lei e sem aplicabilidade prática, sugerindo utilizar o PDI como parâmetro; a
244 respeito dos Recursos de Tecnologia da Informação, sugeriu apontar como se deu a
245 distribuição dos equipamentos adquiridos, como também o investimento em TI para os
246 estudantes e quais campi foram beneficiados. Mencionou que o Registro de Preço nº
247 41/2019 não corresponde aos itens de TI relacionados na tabela; por fim concluiu que os
248 apontamentos são no sentido de contribuir e fortalecer a gestão como um todo. Patricia
249 Teixeira falou sobre a importância da clareza das informações prestadas, e mencionou que,
250 em relação à página 33, é de extrema importância que conste no relatório quantos
251 estudantes ingressaram, quantos cumpriram o ciclo e quantos egressaram. Mencionou,
252 também, que nas páginas 40 e 45, consta que uma das causas de evasão é a Assistência
253 Estudantil, questionando, assim, quantos estudantes receberam a assistência e, destes,
254 quantos evadiram para determinar que a Assistência Estudantil é o elemento fundamental
255 para que a evasão ocorra. Ressaltou que as questões pedagógicas também são
256 importantes e devem estar expressas no relatório. Falou também a respeito do relatório da
257 área de correição, na página 77, onde foi apresentada relação de processos instaurados,

258 questionando quais foram as ações que a gestão tem proposto para que os processos de
259 cunho moral não sejam abertos, e ressaltou a importância de apresentar os custos para
260 abertura de sindicância e de processos administrativos disciplinares. Questionou quais as
261 ações do IFPR para que as relações interpessoais entre servidores e também entre
262 servidores e a comunidade sejam tratados da melhor forma, para fins de melhor cumprir a
263 atividade-fim do IFPR. Marcelo Mazzetto comentou sobre as possibilidades de atendimento
264 das sugestões apresentadas. Solicitou ao Conselheiro Cleverton Vicentini o
265 encaminhamento de seus questionamentos para complementar seu relato. Paulo
266 Yamamoto esclareceu que para responder ao relatório são seguidas as orientações do
267 Manual do TCU, e que procuram sintetizar e facilitar a leitura para as pessoas. Comentou
268 que por questões de prazo, não foi possível inserir os apontamentos feitos pelo relator do
269 Consap, mas que serão atendidos. Informou que, a respeito do parecer da Auditoria no
270 processo, este ano não foi necessário, pois o Raint aprovado na reunião anterior já foi
271 encaminhado ao TCU. Falou que a criação do Escritório de Governança e Gestão de Risco
272 foi justamente para o avanço dos indicadores, e que estamos em um momento de
273 estruturação. Informou que o relatório veio apenas agora em virtude da pandemia, bem
274 como pelo atraso da publicação da plataforma Nilo Peçanha, o que retardou a elaboração
275 do Relatório de Gestão. Em nome da Proplan, agradeceu a todos os envolvidos para
276 elaboração do relatório. Patricia Teixeira falou sobre os cuidados de submeter ao Conselho
277 pautas em desacordo com a lei, bem como que o relatório é periódico e posto para a
278 sociedade, ressaltando a importância da informação, e sobre a preocupação de repassar
279 as informações à sociedade. Solicitou que a página 06 seja retirada do processo, em virtude
280 da contrariedade à Constituição Federal. Sem mais manifestações, o presidente colocou o
281 parecer em votação, sendo aprovado por maioria, com 03 (três) abstenções. Na
282 **“Comunicação dos Conselheiros”**, Nilton Brandão pediu apoio de todos para aprovação
283 do FUNDEB. Paulo Yamamoto também solicitou reforços para a mobilização pelo FUNDEB,
284 e para que o orçamento da educação não sofra redução. Reforçou o comunicado a respeito
285 do questionário do MEC para avaliação das APNPs, que será encaminhado no período da
286 tarde. Ana Radis fez um breve comentário sobre a primeira reunião da Comissão de
287 Revisão do Estatuto e do Regimento Geral do IFPR. Rodolfo Fiorucci ressaltou os
288 resultados expressivos dos estudantes do IFPR no Enem, e manifestou a necessidade de
289 revisão dos currículos do IFPR. Hian Brasil reforçou a necessidade de acesso a todos os

290 estudantes, para que ninguém fique para trás. José Barbosa também comentou sobre os
291 resultados do Enem, e falou sobre a importância do FUNDEB e dos recursos financeiros
292 que envolvem o IFPR. Iara Aquino solicitou à Comissão que considere que até 16 de
293 outubro o regime didático especial é necessário, e que já passou a questão do PIBID para
294 a Coordenação de Licenciaturas. Finalizada a pauta e sem mais informes, o presidente
295 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião às treze horas e cinquenta
296 minutos, da qual eu, Simone Block Samulewski, da Secretaria dos Órgãos Colegiados,
297 lavrei a presente Ata, que depois de aprovada será assinada pelo presidente e demais
298 presentes.

299

300 Odacir Zanatta

301 Ana Claudia Radis

302 Andreza Seixas

303 Camille Vieira

304 Cleverton Juliano Alves Vicentinni

305 Hian Brasil

306 Iara Aquino Henn

307 Iara Azevedo

308 José Barbosa Dias Junior

309 Marcella Baziuk

310 Marcelo Estevam

311 Marcelo Mazzetto

312 Mateus Das Neves Gomes

313 Nilton Ferreira Brandão

314 Patricia Teixeira

315 Paulo Yamamoto

316 Rafael Poltronieri

317 Rafaela Duarte

318 Rodolfo Fiorucci

319 Sandra Ferreira

320 Silvana Aparecida Marcondes

321 Tais Carvalho



INSTITUTO FEDERAL

Paraná

322 Vanessa Vogt



Ministério da Educação